

BOLSA FAMÍLIA E AS PORTAS DO MICROCRÉDITO

Quem se contrapõe aos programas de renda mínima do Governo Federal como o ex-futuro Bolsa Família - hoje Auxílio Brasil e, em breve, rebatizado com o nome antigo - aponta o risco da indolência. E mais: alega o efeito nefasto para o recrutamento de mão de obra no sertão. Decerto, há controvérsias. Mas o conceito de agrupar diversos benefícios da Era FHC, como Bolsa Escola, Vale Gás e outros, sob um único, na Era Lula, foi e é fundamental para amainar os impactos dos desníveis econômicos de regiões como o Nordeste. Os anos progressos eram marcados por invasões de cidades por "flagelados da seca", como diziam as manchetes.

A raiz do Bolsa Família é a transferência de renda emergencial. O Tribunal de Contas da União (TCU) sustenta que é o programa social mais eficiente no combate à pobreza no Brasil. Contudo, há algum consenso: ele não muda a vida dos miseráveis. Pesquisadores como Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais do Instituto

Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro, já escreveram sobre o tema ad nauseum. Faltam as chamadas "portas de saída". Corredores com capacidade de levar à políticas de emprego, de qualificação profissional ou de educação.

Neri já advertiu ter chegado a hora de investir na qualidade, e não na quantidade das transferências. Uma das ações seria melhorar a qualidade do incentivo escolar para crianças e adolescentes. Na etapa seguinte, criar não um incentivo ao primeiro emprego, mas uma segunda Bolsa Família, melhorando os baixos níveis educacionais.

E o que fazer com o que já existe? O Banco do Nordeste (BNB) opera desde a mercurial Era Byron Queiroz, o Crediamigo, um modelo de microcrédito assistido admirado em todo o País. Criou depois o Agroamigo, da mesma forma. Dinheiro barato para que as pessoas possam investir em algo produtivo nos setores primário e secundário. Uma porta.

As portas que haveria

Assim, a Coluna perguntou na sexta, na rádio O POVO CBN, ao presidente do Banco do Nordeste (BNB), José Gomes da Costa, de que

modo estas portas poderiam se conectar ao Bolsa Família. Gomes afirma ser necessário ter cautela na saída. "Não deve haver aperreio, vexame. Tem de ser uma coisa gradativa, para que a família só deixe esse programa assistencial no momento em que realmente tenha condições de se sustentar com o que o crédito proporciona". Pergunta: Concretamente tem algo desenhado? Gomes: "O Banco é um banco de governo. Quem deve traçar essas políticas são os ministérios aos quais o Banco se reporta - Desenvolvimento Regional, Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), Ministério da Economia". Segundo ele, o esforço do Banco é no sentido de dotar as famílias que empreendem de suporte.

Ninguém falou nada na campanha

Eis um bom tema para o novo Governo se manifestar. O assunto passou incólume em toda a campanha. E daqui a pouco começam a emergir as polêmicas sobre o comando do Banco. Melhor que fossem sobre idelas.